



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013

VELHO CHICO

MPE discute ocupação de margem de rio

Na manhã de ontem foi realizado no Ministério Público de Sergipe uma audiência pública para discutir o problema de invasões às margens do Rio São Francisco. De acordo com a promotora de Justiça Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa (diretora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco e às Nascentes), participaram da reunião representantes da Secretaria de Meio Ambiente de Canindé, Ibama, Incra, Cohidro, Codevasf, Secretaria de Patrimônio da

União (SPU) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Segundo a promotora, antes da audiência pública de ontem, na última terça-feira, 11, o Ibama, a SPU, o Município e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco fizeram uma vistoria no local com o objetivo de desenvolver um diagnóstico socioambiental preliminar, com registro fotográfico e georreferenciamento, onde foi constatado que existem 34 casas às margens do Rio São Francisco. "Com base nesse relatório, o Ibama vai comparecer ao local

para identificar cada construção irregular, e se encontrado vai identificar e aplicar auto de infração e vai encaminhar os autos lavrados no prazo de 60 dias ao Ministério Público de Sergipe", explicou a promotora.

Allana Rachel Monteiro pontuou que, além disso, ficou definido que a Chesf e o Incra irão fornecer a SPU um fotógrafo cada um, para auxiliar a SPU no mapeamento da área em Canindé. "Como a SPU informou que existe dificuldades para identificar as áreas pertencentes a ela, onde o representante do órgão

informou que não há servidores suficientes para fazer esse mapeamento, ficou definido então que a Chesf e o Incra irão disponibilizar um fotógrafo para fazer esse mapeamento, e o município de Canindé, dois auxiliares", disse.

A promotora disse ainda que, após o mapeamento, o SPU deverá delimitar a área para verificar qual propriedade é da União para que ela possa dar entrada como usucapião. "O estudo topográfico deverá ser realizado no máximo em 120 dias", concluiu a promotora.